

NOSSA OPINIÃO

/// Licenças ambientais, licitações e desapropriações atrasam projetos e liberação de verba para obras de prevenção e resposta a enchentes

ENCHENTE DE BUROCRACIA

Obviamente, o poder público não controla a natureza. Não dosa chuva nem estiagem. Mas se controlasse melhor sua própria burocracia, se fosse mais ágil em providências, inclusive repasse de recursos, por certo, reduziria transtornos e danos causados por situações drásticas como as enchentes desta semana na Grande Vitória, em Petrópolis e em outras regiões.

Aumentou a verba destinada pelo governo federal para prevenção e resposta a tragédias provocadas por chuva, mas não diminuíram as dificuldades para realizar essas tarefas. A burocracia que envolve União, Estados e municípios trava os repasses.

Licenças ambientais, desapropriações e licitações atrasam projetos e, conseqüentemente, a liberação de verbas. É o mesmo drama presente nas obras públicas de diversos setores, e que contribui para encarecê-las. Há anos essas questões estão sendo debatidas sem o devido equacionamento. Até quando a sociedade terá de esperar e arcar com os prejuízos?

Só 32% do total da verba federal antienchente para este trimestre foi pago até março. Ou seja, de R\$ 1,4 bilhão autorizados, apenas R\$ 451 milhões chegaram ao destino, segundo pesquisa da Folha de S. Paulo. Esse ritmo é incompatível com necessidades emergenciais.

Ao longo de 2012, a liberação de recursos para desastres climáticos em todo o país também restringiu-se a um terço do montante disponível. De R\$ 5,7 bilhões, Estados e municípios tiveram acesso a apenas R\$ 1,9 bilhão. Adiaram-se obras importantes para o enfrentamento de temporais – como drenagem, por exemplo – e que fazem falta para proteção dos cidadãos e para diminuição de estragos.

Combater a acomodação do poder público também é crucial para desenvolver políticas de defesa da sociedade contra o imponderável climático. Os planos devem ser executados antes dos desastres. Caso contrário, a intervenção estatal deixa de ser preventiva e se torna remendo, o que pode tornar-se traumático e deixar sequelas.



EU DIGO QUE...

“O papa é argentino, mas Deus é brasileiro”

Dilma Rousseff

Presidente do Brasil, durante entrevista a um repórter argentino, após se encontrar com o papa Francisco no Vaticano

“Tocar mais tarde é bom porque você pode fazer um show mais leve e todos estão mais bêbados”

Simon Rix

Baixista do Kaiser Chiefs, banda inglesa que vai se apresentar no festival Lollapalooza, em São Paulo, no dia 31 de março

Isabella Batalha Muniz Barbosa

É arquiteta-urbanista e doutora em paisagem e ambiente

/// As mudanças climáticas exigem que as ações têm que ser preventivas e não remediadas quando já houve perdas humanas e danos materiais

Sociedade de risco

As mudanças climáticas em curso no planeta e o desigual processo de urbanização têm gerado efeitos devastadores para as cidades. As chuvas torrenciais de março atingem novamente nossas cidades, especialmente no Rio e no Espírito Santo, que voltam a ficar no epicentro desses efeitos devastadores.

O Brasil ainda se ressentir fortemente de um século de urbanização que foi mais claramente regulado pelos interesses do capital imobiliário. Entretanto, observamos que quando essas tragédias ocorrem inesperadamente, o pânico é generalizado, tanto da sociedade como das municipalidades e as instituições. Com o aumento dos desarranjos climáticos, aumentaram as pesquisas científicas em torno da gestão e avaliação de riscos.

A análise dos riscos à sociedade contemporânea deve ganhar relevância crescente na tomada de decisões nas esferas pública e privada, e extrapolam as fronteiras dos Estados. É inegável que o Brasil tem avançado no sentido da atualização da ordem jurídico-urbanístico aplicável ao processo de desenvolvimento urbano. A Constituição de 1988 e Estatuto da Cidade (2001) são instrumentos que dispõem sobre ordenamento com fins a

garantir a função social da cidade e o bem-estar de seus cidadãos.

Entretanto, há muito a fazer em termos de integração na gestão urbano-ambiental. Para que os municípios estejam preparados para darem respostas mais rápidas, precisam elaborar o mapeamento de riscos de seu território e fazer o cruzamento com mapas meteorológicos; consolidar um plano de intervenções estruturais; organizar seu sistema de defesa civil de maneira a estabelecer estados de alerta; planejar ações de remoção e abrigo, e, sobretudo, “ouvir” a população previamente por meio de solicitações e protocolos.

As ações têm que ser preventivas e não remediadas quando já houve perdas humanas e danos materiais. Para impedir formação de novas áreas de risco, uma das ações mais importantes é criar programas habitacionais e de remoção que consigam fornecer alternativas para as populações mais pobres, de maneira a reduzir e/ou solucionar a pressão pela ocupação irregular de encostas ou margens de rios.

Precisamos fomentar a cultura de enfrentamento de “riscos” de forma sistematizada para enfrentamento das calamidades, e com isso, reduzir a vulnerabilidade da sociedade. Na garantia do direito à cidade, é imperativo reconhecer que há espaço a ser preenchido de maneira mais incisiva pelo cidadão na fiscalização e reprovação dos atos administrativos dos órgãos de planejamento e aplicação dos instrumentos jurídicos urbanísticos.

HÁ 50 ANOS

FOTO: PROJETO ACERVO DIGITAL / WWW.AGENCIAAG.COM.BR

Clicheria de A GAZETA é inteiramente nova: não há uma só peça, um simples parafuso que tenha vindo da velha clicheria do DIO



Governador retoma calúnias contra Carlos Lindenberg

O governador Chiquinho, por intermédio da sua imprensa, retomou espalhafatosamente a sua campanha de calúnia contra a honorabilidade do ex-governador Carlos Lindenberg, tentando envolvê-lo na posição de protetor do jornal A GAZETA à custa do patrimônio público. A clicheria do jornal é inteiramente nova, não há um só parafuso, uma só peça, que tenha vindo do Diário Oficial.